

15a
edição

“Fabricando” Identidades: Domingos Loreto Couto, Vida e obra de um Cronista Luso-Brasileiro na Pernambuco de Meados do Século XVIII

Por Bruno Silva

E-mail: slvbruno2004@yahoo.com.br.

Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Resumo: o presente artigo aborda aspectos da vida e da obra do cronista luso-brasileiro, Domingos Loreto de Couto que, pernambucano, escrevendo na segunda metade do século do XVIII, busca ressaltar as especificidades de sua capitania, destacando os habitantes do local como verdadeiros e fiéis vassalos do rei de Portugal e seguidores convictos da religião Católica. Buscar-se-á demonstrar que o cronista, através de sua obra, procurava forjar uma identidade pernambucana que, longe de contestar o poder real e a religião do Império, apresentava aspectos concernentes aos pernambucanos que os faziam diferentes e especiais frente aos demais súditos do monarca português. Por fim, observaremos como o cronista aborda a presença de negros, índios e mestiços na construção dessa identidade local.

Palavras-chave: Crônicas, Identidades Locais.

Abstract: this article focuses on the life and work of the chronicler Luso-Brazilian Domingos Loreto Couto who, “pernambucano”, writing in the second half of the eighteenth century, seeks to highlight the specifics of his captaincy, highlighting the locals as true and faithful vassals of the king of Portugal and convinced followers of the Catholic religion. Search will show that the chronicler, through his work, trying to forge an identity “pernambucana” that, far from objecting to the royal power and the religion of the Empire, some aspects related to “pernambucanos” that made them different and special compared to other subjects of the monarch Portuguese. Finally, look at how the chronicler discusses the presence of blacks, Indians and mestizos in the construction of local identity.

Keywords: Chronicles, Local Identities.

O presente texto versa sobre um dos grandes expoentes do Croniciado luso-brasileiro que, na segunda metade do século XVIII, escrevia uma das mais importantes obras sobre a Capitania de Pernambuco, procurando ressaltar as especificidades de sua “pátria”, ou como buscaremos demonstrar ao longo do artigo, “construindo” uma identidade pernambucana que, longe de questionar os pilares principais do Império português, ou seja, o poder régio e a religião Católica, destacava a história do povo pernambucano, suas lutas, sua fidelidade e todos os frutos provenientes de suas obras desde a conquista do local pelos portugueses até o momento em que o cronista escrevia. Destarte, apresentamos um dos personagens mais controvertidos da história de Pernambuco do século XVIII que, com sua obra, nomeada de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, buscava apresentar um panorama sobre a história do Brasil e da capitania de onde se originara, ao longo dos anos da ocupação e do desenvolvimento da colonização portuguesa.

Assim, falamos de Domingos de Loreto Couto, natural do Recife, onde deve ter nascido por volta de 1796. A família do cronista tomou posição de relevo em Pernambuco, por conta de Manuel de Araujo de Carvalho, avô de Loreto Couto que, em fins do reinado de D. Pedro II e começos do de D. João V, prestou grandes serviços na guerra contra as tribos hostis dos índios Pajeú e Piancó. O cronista foi franciscano, e sua ordenação ocorreu Portugal, por volta de 1725, tal fato ocorrera porque estavam vagos o Arcebispado da Bahia e os bispados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Loreto Couto esteve por oito anos em Portugal depois da ordenação, ‘fazendo várias extravagâncias em diversas partes do Reino’, sendo mandado prender, por volta de 1733, pelos padres procuradores em Lisboa de sua província de Santo Antonio do Brasil. Embarcado com destino à Bahia, ao chegar ali tornou a fugir e andou mais de dois anos apóstata, até ser preso em casa do capitão Francisco Vieira de Faria, constando ter sido visto em trajes seculares e pedindo esmolas a pessoas de Salvador.[2]

Em 1734 o cronista foi preso novamente, e fizeram seus superiores auto de inquirição e exame de testemunhas e, em Definitório, foi o prelado, por sentença de cinco de janeiro de 1735, condenado a seis meses de cárcere formal, sujeito à disciplina e colocado em último lugar entre os sacerdotes. Loreto Couto acabou adoecendo, passou para a enfermaria do Convento de Santo Antonio da Bahia, onde estava preso, mas conseguiu consentimento para voltar para sua terra natal. Sabe-se com certeza que em 1738 estava no Recife, mas não se recolheu ao convento da Ordem e conseguiu licença para ir à fazenda de seu cunhado. Com o falecimento deste e de outro cunhado, passou a prestar ajudas às irmãs, administrando-lhes os bens e se encarregando da educação de seus sobrinhos. Assim, ao assumir os cuidados familiares, acabou ficando sete anos fora do convento, de 1735 a 1742, mas, com autorização do Bispo de Pernambuco. O interesse do frei era deixar a ordem que seguia, por conta de seus afazeres domésticos, mas diante da relutância de seus companheiros em resolver a situação, Domingos Loreto Couto solicitou sua transferência para a ordem de São Bento em petição dirigida ao Papa Benedito XIV. Este deferiu seu pedido, desde que provada sua alegação de que seus achaques e encargos com as irmãs e sobrinhas não lhe permitiam observar a regra franciscana.

O Bispo de Pernambuco, Frei Luís de Santa Teresa, seu amigo, considerou provadas suas afirmações e concedeu-lhe a transferência. Assim, aos três de fevereiro de 1743, Frei Domingos vestiu o hábito e, passados seis meses de noviciado, fez profissão em quatro de agosto do mesmo ano. Como não havia ordem no Recife e sim em Olinda, ficava sujeito à jurisdição do Bispo diocesano. Em face da determinação do rei, a pedido, ao que nos parece, do procurador-geral da província franciscana de Santo Antonio, ao Conselho Ultramarino e deste ao Governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada (1727-1737), ordenava-se fosse apurado se andava em escândalo o padre frei Domingos; sendo verdadeiro, deveria ser entregue ao prelado franciscano que o faria sair da capitania. Supõe José Antonio Gonçalves de Melo Neto que, ou por divergência entre Governador e Bispo, ou por inimizades do próprio frei Domingos, o governador Henrique Luís, embora sabendo que tinha já vestido o hábito beneditino, confirmou as acusações e o mandou prender e entregar aos seus irmãos franciscanos, com os quais permaneceu de dezembro de 1743 a meados de 1746, dois anos e meio, sendo solto quando o governador deixara o cargo e ele obtivera, mediante recurso à Santa Sé, que o bispo provesse remédio à situação e este determinou sua libertação.[2]

Durante o governo de Dom Marcos de Noronha, em 1746, Loreto Couto foi libertado e se conservou na casa de seus parentes se mantendo mais distante da visibilidade pública; por fim, ele foi nomeado visitador-geral da diocese pelo bispo, e acabou por tomar várias providências que “atalhassem delitos e ações escandalosas pelos romeiros da capela de Nossa Senhora da Boa Viagem”. Não se sabe ao certo a data da morte de Loreto Couto. Mas, sabe-se que não viu sua obra publicada, apesar do bom relacionamento que o autor possuía com o bispo local, muito embora tenha se envolvido numa intrincada rede de intrigas que fizeram com que os franciscanos conseguissem junto ao governador de Pernambuco a prisão do frei por alguns anos, isso por ele ter trocado a Ordem Franciscana pela de São Bento. A despeito da prisão, Domingos Loreto Couto se restabeleceu e a vida seguiu. Mas, seu intento de gritar ao mundo sobre *Os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* se viu barrado na mesa do ministro de Dom José I, o então Marquês de Pombal. Curiosamente, em busca da publicação de sua obra, o cronista a dedicou ao rei por intermédio do Marquês, lembrando a esse que ele descendia de troncos pernambucanos, uma vez que seus avós maternos eram daquela capitania. Acharmos que relacionar Pombal com troncos pernambucanos foi um pouco arriscado, muito embora a sociedade já passasse por transformações no sentido de uma maior abertura no que tange à miscigenação, sobretudo com o indígena.[3] E no prólogo ao leitor, Couto destaca que escreveu seu livro “levado da justa mágoa de ver o grande descuido

que teve Pernambuco em perpetuar as virtudes de seus filhos, que com elas o ilustraram e que insensivelmente ia o tempo consumindo a notícia de tão esclarecidos heróis, por faltar quem se resolvesse a escrevê-las”. [4]

Loreto Couto é um dos representantes do Croniciado luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII. As crônicas foram de suma importância para expressar os sentimentos de um determinado grupo que compunha as sociedades coloniais. Na América portuguesa, desde o século XVI que os cronistas procuravam dar conta das terras descobertas, das mudanças implementadas pelos portugueses e de tudo o mais relativo à ocupação, a disseminação da fé católica, ao domínio do indígena e a imposição de uma cultura trazida do Velho Mundo como matriz a ser seguida. O historiador Jack P. Greene ressalta que se pode estudar a formação de identidades de duas maneiras: “através das leis que essas sociedades estabeleciam para si mesmas ou através da literatura discursiva contemporânea escrita por e a seu respeito”. [5]

Em *Reformulando a Identidade Inglesa na América Britânica Colonial*, Jack Greene, ao abordar a questão do estudo das identidades, nos lembra a importância de pesquisar tais manifestações e chama a atenção para o fato de que a percepção da formação de identidades se torna mais clara, quando observamos o local e não a colônia como um todo. A proposta de Jack Greene é muito interessante, pois nos faz pensar na identidade como manifestação que pode ser apreendida a partir do estudo de determinado grupo de pessoas e suas relações. Dessa forma, o esboço das identidades pode ser aplicado a grupos de parentescos, congregação religiosa, clube, comunidade, governo civil, grupo lingüístico, grupo religioso e, como temos feito, a grupos de determinadas regiões, províncias ou mais especificamente, capitanias.

Em *Comunidades Imaginadas*, o historiador destaca que a construção do que ele designa como “identidades imaginadas”, se originou no século XVIII. Embora Benedict Anderson esteja preocupado em entender a origem e a difusão do nacionalismo, algo que como temos visto, muitas vezes, aparece como desfecho do florescimento de possíveis “identidades coloniais”, nós consideramos ser a obra importante, por nos chamar a atenção para o fato de que a construção dessas “comunidades imaginadas”, essa idéia de pertencimento com características próprias dessas comunidades é algo que se relaciona com o que o autor caracteriza como “artefatos culturais de uma classe particular”. Assim, para Anderson, todas as comunidades são imaginadas e se “distinguem não por sua falsidade ou legitimidade, mas pelo estilo com que são imaginadas”. [6]

Destarte, tanto Jack Greene quanto Benedict Anderson nos leva a considerar que é possível o estudo das identidades locais considerando um determinado grupo de atores sociais inseridos em determinadas sociedades. O estudo da literatura produzida por uma determinada sociedade é uma das formas de se observar essa identidade. No caso da América britânica, Greene destaca que através da literatura, pode verificar as reformulações feitas na identidade britânica que chegara ao Novo Mundo quando da conquista. Assim, para o autor, foi possível identificar mudanças na natureza da literatura discursiva que teriam possibilitado com que ele verificasse três fases na construção do que designa como “identidades corporativas coloniais”.

Sendo assim, em um primeiro momento a literatura se concentrava na questão da descrição da natureza, do ambiente encontrado, dos espaços físicos e oferecia propostas para um uso eficiente do espaço, ou seja, “relatórios de viagem, às vezes mascarados como obras históricas, e folhetos de propaganda tentavam descrever e avaliar para os leitores metropolitanos a natureza da terra, vegetação, as populações indígenas, os rios e riachos, as enseadas, a fauna, as chuvas e o clima”. Era uma tentativa de adaptar o espaço aos desígnios metropolitanos. Num segundo momento, a literatura discursiva se deteve nas mudanças sociais, econômicas e políticas implementadas pelos povoadores. No caso britânico, Greene destaca que “seus autores, crioulos e imigrantes assimilados, orgulhavam-se e examinavam com detalhe em que medida os povoadores tinham sido capazes de adaptar práticas sociais e culturais inglesas” em terras americanas. Numa terceira fase, os autores destacavam que a despeito de cada lugar desse ser ostensivamente britânico, havia alcançado uma identidade própria, uma identidade distinta que “tanto identificava o lugar como o distinguia de todas as outras entidades similares”. [7]

Ou seja, com essa terceira fase da literatura discursiva, fica evidente de acordo com os apontamentos de Jack Greene que, muito embora os colonos se considerassem ainda como ingleses, com as mudanças ocorridas e o contato com outros povos, se sentiam como variantes inglesas, ou seja, ingleses da Carolina do Sul, ingleses da Virgínia ou de Barbados. A idéia do autor é muito interessante e nos leva a pensar a obra de Loreto Couto. Pelo que veremos, esse autor se encontra entre a segunda e terceira fases dessa literatura discursiva

que, apresentam o que os colonos portugueses teriam feito no sentido de conferir feições lusas às terras brasileiras, mas também já destaca uma identidade local que não negando a identidade portuguesa e a fé católica, oferece especificidades que fazem desses homens pernambucanos e não somente portugueses.

Mas essas identidades foram construídas tendo como base a cultura da pátria-mãe. Dessa forma, Jack Greene nos fornece a idéia de que “dois tipos distintos de modelos culturais, tanto analítica quanto funcionalmente, atuavam nos modos como os povoadores livres das colônias compreendiam a si mesmos: *normativo e comparativo*”. Ou seja, o autor tenta demonstrar que no processo de conquista, assimilação dos nativos e imposição da cultura, o colonizador seguia as normas ditadas pela metrópole. Ao passo que, ao se compararem com os grupos de índios e negros advindos da África e suas culturas, os colonizadores se sentiam superiores e civilizados. Portanto, no caso da América portuguesa, podemos adaptar destacando, que o modelo que servia como normas para os colonos vinha de Portugal, ou seja, a cultura, a política e a economia. Mas, a cópia não era fiel e em novos terrenos se tornou cada vez mais seletiva de forma que atendesse aos desejos dos colonos. Em contrapartida, se a norma vinha do centro, os modelos comparativos “poderiam ser usados, em contraposição, para se referir àquelas populações, principalmente indígenas e africanas, cujos costumes eram percebidos como exóticos e comportamento tido como grosseiro e pouco civilizado”. [8]

Em relação às crônicas, apresentam características semelhantes que buscam ressaltar a chegada dos portugueses, a ocupação da terra e o que se fez no sentido de conferir feições lusas ao local. Abordam as modificações implementadas pelos portugueses e apontam para o contato com os indígenas, a origem dos mesmos e o que se fez para “civilizá-los”. De uma forma geral, as crônicas funcionam como uma espécie de história da região, muito embora se perceba claramente as razões pelas quais seus autores se destinaram a compô-las. Assim, entendemos a obra de Loreto Couto como legítima representante desse tipo de crônica.

Em *David contra Goliath na Goa Seiscentista e Setecentista*, Ângela Barreto Xavier nos leva a pensar sobre a importância das crônicas e das obras de cunho linhagístico para a formação das identidades locais. Assim, a autora analisa as escritas de defensores dos brâmanes e de defensores dos charodos, na tentativa de ambos os grupos de monopolizarem os postos de governança da intrincada burocracia imperial portuguesa. Assim, brâmanes e charodos tentavam demonstrar qual dos dois grupos era o mais apto para ser beneficiado pelas liberalidades régias. Ou seja, de acordo com Xavier, esses homens buscavam num passado bem distante, uma maneira de ligar a formação de seus grupos com o catolicismo e, dessa forma, defendiam a antiguidade de seus pares nos cânones da religião católica e, portanto, destacando serem mais preparados para navegarem na órbita do poder imperial. [9]

Assim, se por um lado os brâmanes, detratando os charodos, buscavam demonstrar que eram fiéis súditos e verdadeiros católicos; por outro lado, eram os charodos que, buscando a sua origem católica num passado imemorial, tentavam ressaltar o quanto estavam mais preparados para se tornarem verdadeiros portugueses. Logo, a religião católica e a cultura lusa eram encaradas por esses grupos de homens como a base de formação da identidade portuguesa e, portanto, por desejarem ocupar postos e receber mercês, defendiam serem possuidores dessas qualidades que os equiparavam aos reinóis.

O texto de Ângela Barreto Xavier é expressivo, pois coaduna com nossa tese de que uma determinada elite letrada foi a responsável pela fabricação de identidades locais e, ao mesmo tempo em que essa elite buscava destacar as especificidades locais e suas gentes, também procuravam se aproximar das redes que poderia levá-la ao centro do poder. E as crônicas, tanto no caso de Goa, e isso segundo Xavier já no século XVII, quanto no Brasil setecentista, foram de relevância para a fabricação de identidades. Assim, a autora destaca que “[...] as elites locais convertidas se esforçaram por sublinhar o caráter endogâmico do seu grupo, a cor alva dos seus rostos, a pureza e a limpeza de suas linhagens – agora ainda mais dignas, puras e limpas porque cristãs, o que acrescentava à sua nobreza natural a tão ambicionada nobreza espiritual”. [10]

Destarte, Xavier nos mostra que as escritas de cunho identitário foram de grande importância para a construção das identidades locais no império português. No caso de Goa, ao mesmo tempo em que colocavam em lados opostos brâmanes e charodos, buscando cada grupo provar ser mais autêntico que o outro na absorção da cultura portuguesa; também colocava frente a frente indianos e reinóis, sendo que aqueles sempre buscavam demonstrar que estavam preparados para receberem cargos da burocracia imperial, uma vez que eram tão portugueses quanto os nascidos no reino. No Brasil colonial,

em 1757, Dom Domingos Loreto Couto concluía sua obra *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, dedicada ao rei Dom José I, pelas mãos do então Marquês de Pombal, pretendia o autor contar a história da capitania de Pernambuco desde a sua fundação até o momento em que ele escrevia. Luso-americano, tendo Recife como sua pátria, o cronista não teve o privilégio de ver seu livro publicado, mesmo assim, em 1759, ainda destacava o quanto a sua empreitada era importante, pois se tratava da primeira e mais completa obra sobre a dita capitania. Em seu texto, logo no prefácio, o cronista enfatiza não ter a intenção de ser premiado pela sua vasta e extensa obra. Mas, o dedica ao expoente do governo de Dom José I e não deixa de destacar que cabe ao monarca premiar seus súditos de acordo com os serviços prestados pelos mesmos.

A obra de Loreto Couto é clara ao abordar a questão da fabricação de identidades. O autor destaca sua tristeza por conta do momento de misérias pelas quais passavam os filhos de Pernambuco que, esquecidos de seu glorioso passado, deixavam que a capitania deslembrasse dos ilustres homens que a habitaram e lutaram para defendê-la quando da ocupação dos holandeses. Couto começa a obra destacando as principais famílias que concorreram para a conquista, ocupação e desenvolvimento da capitania. E Loreto Couto lembra que “O rei d. João III fez mercê da capitania de Pernambuco à Duarte Coelho. Veio com parentes e muitos fidalgos parentes; amigos e a senhora Brites Albuquerque.[11] Assim, começava a ocupação de Pernambuco, o que viria depois, seria a descendência desses nobres homens que haviam chegado.

Ao abordar, por exemplo, a presença indígena na sociedade pernambucana, Loreto Couto ressalta a importância dos índios para a empreitada portuguesa e começa a “limpar” a imagem tão ruim tecida sobre os indígenas brasileiros que eram considerados “mais brutos em pé, que racionais humanados, sem arte, nem política, sem prudência, e sem humanidade, preguiçosos, covardes, comilões, medrosos, mentirosos, cobiçosos, e dados ao vinho. Finalmente uns faunos, uns semicapro, uns satiros [...]”, destacando que:

Todas as virtudes que enobrecem um homem se dividem em letrados e morais. Aquelas ilustram o entendimento, estas retificam a vontade. Em ordem as segundas comprovaremos com dito, e feitos, não tudo que se poderia dizer, mas o que baste para considerar a esta nação dotada de valor nas armas, de amor a pátria, de humanidade, lealdade, nobreza de ânimo, e de outras partes de que constam os homens ilustres [...] [12]

Tratando-se de sociedade em que a miscigenação com indígenas era visível, se tornava necessário que o nativo fosse representado de forma positiva e, por isso, o cronista começa a conceder um tom adocicado na relação entre o branco e o “negro da terra”. E, para o cronista, as alianças com os indígenas foram necessárias para a implementação da conquista portuguesa. No entanto, esse contato com os da terra se deu através de casamentos onde o homem branco sempre tomava como esposa a filha de um dos principais dentro das tribos, muitas das vezes, reconhecidas como legítimas princesas. Ora, se o branco que no Brasil aportara era tomado como nobre, ao receber como esposa uma princesa indígena, isso só aumentava seu prestígio e honra. Voltar ao passado para explicar a razão de muitos portugueses que aqui chegaram ter recebido nativas por esposas foi uma forma de justificar a miscigenação que ocorrera inicialmente. Assim, se justificava a própria família e com isso tentava colocá-la em patamar de igualdade com as demais do Império português.

A obra de Loreto Couto é permeada por uma intencionalidade de restaurar um passado de glórias de Pernambuco e, com isso, destacar o quanto o rei tinha naquela região, reais e valorosos vassallos, dignos de serem reconhecidos como tais. E os índios seriam arrolados pelo autor nesse *pantheon* de bons e fiéis vassallos. O autor passa seis longos capítulos escrevendo sobre o indígena pernambucano e começa destacando que “Mostram-se menos verdadeiras as notas, com que são informados os nossos Índios”. Em seguida fala das virtudes dos indígenas, da originalidade de suas línguas, da cor da pele dos mesmos e qual seria a origem desses índios.

Para uma vertente historiográfica mais recente, ao falar que “mostram-se menos verdadeiras as notas [...]”, Loreto Couto estaria numa contínua confabulação com as idéias Ilustradas que assopravam a Europa. Assim, dialogando com pensadores europeus que detravam o homem e a natureza americanos, o autor buscava a defesa do indígena que fora uma das matrizes de formação da sociedade em que ele vivia. A idéia de defesa desses índios, bem como a exaltação de suas qualidades frente ao que se propagava no Velho Mundo, faz com que nosso cronista seja considerado por muitos como um representante do “pensamento ilustrado brasileiro”.

Durante o século XVIII, o reconhecimento e as explorações no Novo Mundo se intensificaram de forma incrível e reveladora, as várias fases vividas pelos povos. O controle sobre os processos naturais elucidava o primitivismo dos indígenas e a riqueza dos europeus. Aos últimos cabia o fardo de levar as luzes aos povos submersos na ignorância. Portanto, a idéia de progresso respaldava o controle europeu sobre o mundo colonial. E as teorias que buscavam explicar a diversidade humana se encaixavam perfeitamente com o ideal europeu de subjugar os povos tidos como “atrasados”. Assim, as teorias desenvolvidas na Europa, muitas das vezes, apresentavam a natureza e o homem americanos como seres inferiores. Ora, em território como a América portuguesa, onde a miscigenação do europeu com o indígena era perceptível, era natural que os letrados luso-americanos refutassem algumas das idéias defendidas no Velho Mundo. Para muitos historiadores, o diálogo entre pensadores americanos e europeus a respeito de diferentes temas faz com que Couto possa ser considerado como representante do *pensamento ilustrado brasileiro*. Íris Kantor apresenta esse conceito e destaca que Loreto Couto assim como Gaspar da Madre de Deus reelaboraram:” os conceitos-chaves da filosofia das Luzes, articulando um ponto de vista que contemplava os interesses locais com o universalismo do mundo erudito. Dessa maneira, a razão de Estado conciliava-se com o pacto colonial, a ancestralidade indígena era associada aos ideais de nobre selvagem.” [13]

Entendemos que, mesmo sendo considerado como brasileiro ilustrado, Loreto Couto ao fim e ao cabo, se encontravam muito mais preocupado com as questões de cunho local do que em dialogar com os corifeus da Ilustração. A apreensão com a origem dos índios, a busca por essa ancestralidade, nos parece muito mais uma preocupação genealógica que buscava num passado histórico e imemorial, honra e nobreza para justificar frente à sociedade em que viviam as suas origens. Não esqueçamos que Couto estava inserido, muito embora as vezes critique essa posição, na lógica de que um passado nobre era uma das heranças para as famílias daquele período. Não obstante, entendemos que Couto dialoga com a idéia de que a mancha de sangue podia ser retirada, mas faz isso de forma tímida não ferindo os pressupostos da sociedade do qual o mesmo fazia parte. Couto nos lembra que:

“A alguns autores pareceu que com impropriedade eram chamados Índios os povos da América, por lhes parecer que este nome competia somente aos da Índia Oriental, que do rio Indo tomarão o nome; mas he porque ignoram o motivo de serem chamados Índios todos os Americanos.” [14]

A partir dessa constatação, Couto começa sua digressão para justificar a origem dos nativos pernambucanos. As Sagradas Escrituras seriam, obviamente, o passo mais seguro para começar a explicação; assim, o autor destaca que:

Por tradição continuada de muitos séculos afirmam ser os naturais da América, que seu primeiro povoador foi Ophir Indico, filho de Iectam, neto de Heber aquele de quem fala a sagrada Escritura no capítulo décimo do Gênesis, e a quem coube para senhoriar o ultimo da costa da Índia Oriental. Deste pois dizem, que passou daqui a povoar, e senhoriar a região da América, entrando pela parte do Peru, e México, dilatando por ali seu Império.[15]

Traçar uma genealogia dos índios americanos era muito difícil para o cronista que fazendo leituras de diversas obras que versavam sobre o assunto, segue seu caminho apresentando hipóteses para tal origem. A preocupação em decifrar a procedência indígena era algo que preocupava os cronistas desde o século XVI. Para Loreto Couto, várias foram as explicações para o aparecimento desses homens na América. Assim, ele fala da possibilidade de terem descendido daqueles que pretenderam edificar a Torre de Babel e que, portanto, por falarem línguas distintas acabaram se espalhando por diversas partes do mundo. Poderiam ser também povoadores que foram enviados por Salomão em naus para a região chamada Ophir. Para o autor, “Teve Salomão conhecimento da disposição de todas as terras do mundo, e conseqüentemente desses tesouros, e riquezas do Brasil”, parecendo ao cronista que entre todas as histórias apresentadas, a hipótese de ser o Brasil Ophir e de ter sido habitado por hebreus egressos das terras de Salomão era a mais verdadeira.

Sendo os primeiros povoadores dessas terras troianos, africanos que fugiram depois da destruição de Cartago ou simplesmente judeus que formavam as tribos de Israel, importava ao cronista que se explicasse a origem dos primeiros homens que por aqui aportaram.

E Loreto Couto vai a Europa para traçar um paralelo com nossa história e destaca que “de pois da destruição de Troya arribou ao Tejo Ulysses, e seus companheiros, e fundou Lisboa. Assolada a cidade de Tyro por varias partes, uma veio cair na Lusitânia, e povoaram. Hércules Tebano e os Argonautas impelidos de tormentas surgiram na Espanha. Assolada a cidade de Tyro por varias partes, uma veio cair na Lusitânia, e povoaram. Hércules Tebano e os Argonautas impelidos de tormentas surgiram na Espanha.[16]

Ou seja, assim como na Europa outros povos concorreram para a formação daquelas sociedades, o mesmo teria ocorrido do lado de cá do Atlântico. A idéia de se explicar a origem dos habitantes da América não foi algo original nas obras do cronista do século XVIII, ao contrário, como temos dito, desde o século XVI, com a descoberta do Novo Mundo, surgiram muitas escritas destinadas a dar conhecimento sobre essa “quarta parte do mundo”, que até então ficara encoberta e desconhecida. Explicar o mundo novo que se descortinava frente aos olhos surpresos e perplexos dos europeus significava explicar a origem daqueles homens que o habitava.

Loreto Couto, ao tecer suas explicações para a origem dos índios americanos, em nada difere das proposições apresentadas, por exemplo, pelo jesuíta Simão de Vasconcelos que, nascido em Portugal, veio para o Brasil ainda criança e escreveu diversas obras sobre a América portuguesa, dentre elas Crônica da Companhia de Jesus, escrita no século XVII. Na verdade, podemos dizer que o capítulo de Loreto Couto que versa sobre o passado indígena é praticamente uma cópia do jesuíta. No entanto, mais tarde, veremos que aquele, ao abordar essa temática, possuía objetivos bem diferentes dos de Simão de Vasconcelos.

O jesuíta Seiscentista diz que as principais perguntas feitas pelos portugueses aos índios consistiam em tentar entender “Em que tempo entraram a povoar aquelas suas terras os primeiros progenitores de suas gentes? De que parte do mundo vieram? De que nação eram? [...] como não conservaram suas cores? Como não conservaram suas línguas?”.[17] Simão de Vasconcelos apresenta as mesmas proposições que os cronistas do Setecentos. Mas, o jesuíta ainda trabalhava com a hipótese de ter sido essa “quarta parte desconhecida do mundo” ocupada pela Ilha de Atlante.

Curioso é perceber que ao fim das proposições, o jesuíta não se posiciona a respeito de qual seria realmente a origem dos indígenas. No entanto, assim como Loreto Couto faria no século seguinte, Simão de Vasconcelos se detêm bastante nas passagens bíblicas para explicar a origem do índio americano. Ou seja, discorre sobre as tribos de Israel, as naus de Salomão e os remanescentes da Torre de Babel. Não obstante, devemos ter em mente que o jesuíta escreveu muito preocupado em conhecer a história desses homens que habitavam a América quando da chegada dos europeus; ele não tinha em mente nada mais que conhecer o passado desses índios que, muitas das vezes, aparecem na escrita do religioso como possuidores de “modo tosco e gentílico”.

O cronista apresentado nesse texto, ao escrever na segunda metade do Setecentos, também não se desassossegava em saber as origens dos indígenas. No entanto, não se preocupou em fazer uma pesquisa mais aprofundada, afinal, seus objetivos eram outros. Não via os índios conforme o jesuíta do XVII. Estava muito mais preocupado em buscar num passado imemorial uma origem nobre para os índios e, com isso, justificar que os habitantes de sua capitania, muitos deles descendentes de índios, não deixavam de ser valorosos por terem mácula indígena em seu sangue; pelo contrário, deveriam se orgulhar, uma vez que a matriz nativa teve origem em povos de muito valor como os que compunham as tribos de Israel. Ao fim, Vasconcellos buscava legitimar a catequese, enquanto o cronista do XVIII buscava legitimar as elites de sua “pátria” e com isso fabricar a identidade local pernambucana que os diferissem dos reinóis e das demais paragens do império português.

E se os índios aparecem de forma positiva na obra de Loreto Couto, ao abordar as obras dos negros, acaba por considerar as virtudes religiosas de muitos desses. Assim, se a religião soou como importante para incluir os negros na fabricação das identidades coloniais, a luta ao lado dos portugueses foi também de grande importância. Em Pernambuco, sobretudo na guerra contra os holandeses, vários índios, negros e mestiços tiveram papel relevante na vitória contra o herege e, representando os negros, segundo Loreto Couto, o mais importante foi:

Henrique Dias, fidalgo da Casa de sua majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre de campo do Terço dos homens pretos, chamado de Henriques, nasceu na cidade de Olinda, filho legítimo de pais humildes, porém com o resplendor de suas virtudes, em que foi eminente, ilustrou a escuridade de seu sangue, e subiu a nobreza mais estimável adquirida a esforços da sua bondade, e não devida as causalidades da fortuna

[...] se ofereceu ao general Mathias de Albuquerque com a que pudesse ajuntar da sua cor [...] , Na formosa vitória dos Garapes deu a conhecer ao mundo que o valor não é herança, senão excelência [...] senão foram estes pretos para a restauração da pátria fundamento, foram razão para estragos dos inimigos.

Assim, o cronista vai tecendo um colar de nomes de negros e mestiços virtuosos por conta de suas obras nas guerras e na religião. E ao se referir a esses pretos, Loreto Couto concede aos mesmos um verniz de heróis e fiéis vassallos consagrados à causa portuguesa. E lamenta que:

Deixamos de escrever as ações famosas de outros muitos pretos beneméritos de honrados elogios, por que o descuido, ou seu nascimento obscuro lhes riscou os nomes, que sem culpa deixamos sepultados nos mesmos jazigos, onde sem epitáfio descansam suas cinzas, acabando na memória dos seus com os horrores de cadáveres, em nossos escritos e com a fortuna dos humildes, como se o procedimento não fizesse mais ilustre, o que pela conservação da Monarquia oferece a vida pela liberdade da pátria.[19]

Mas, a imagem do bom negro podia se tornar vez ou outra na imagem do escravo mau. Ou seja, vemos que quando os negros e mestiços fazem obras virtuosas, são considerados como homens bons. No entanto, a encarnação do mau nessa sociedade também se faz na figura do negro e, portanto, a identidade local construída de bons e fiéis homens, de vez em quando, se mostra arranhada por conta das atitudes de alguns homens, nomeadamente negros e mestiços. Loreto Couto destaca que na sociedade pernambucana é muito difícil determinar quem é nobre ou quem é da plebe, uma vez que o branco na cor entende ser nobre, o pardo esquece suas origens e se acha merecedor de honra é:

o de cor preta tanto que se vê com a liberdade, cuida que nada mais lhe falta para ser como os brancos. Pela experiência, que tem da condição deste vulgo afirmam os Governadores, e Ministros, que só as pessoas desta esfera dão ao que fazer ao seu governo, porem também é certo, que entre pardos, e pretos se acham muitos que cuidam em obrar bem, e com ações virtuosas se fazem merecedores da estimação a que aspiram. [20]

Ou seja, ao mesmo tempo em que o cronista apresenta os negros e mestiços como aqueles que desejam alcançar glórias imputadas aos mesmos por conta de seu vil nascimento, também destaca que nem todos os de cor dão trabalho aos governadores e ministros. Couto sabia bem que na construção dessa identidade, ao abordar uma sociedade com parcela grande de mestiços e negros, se concordasse que somente as pessoas dessa esfera davam trabalho ao governo, de certa forma, estaria afirmando que a sociedade pernambucana, com grande número de mestiços em seu quadro, era uma pedra no sapato dos governantes. Mas isso não impediu o cronista de relacionar a cor preta com o mau, e nesse caso, o homem deixa de ser somente negro para ser o escravo maligno que se entrega aos caminhos da falta de virtude. O autor fala de inúmeras mulheres de Pernambuco que sofreram por conta da perfídia de negros, negras e mulatos. Sobretudo por conta das mentiras inventadas e do concubinato. E destaca a história de uma senhora que fora acusada pelo seu escravo de ter traído o marido. O senhor, que acredita no escravo, acaba por matar sua esposa e, depois, “[...]vivendo mostrou não cometera a culpa, que falsamente lhe erguera o maligno escravo, e que aquele embuste teve toda sua origem na sua negra malícia [...]”.[21]

Mas, se a figura do negro ainda oscila entre o homem de virtude e o malvado possuído pelo mau, o cronista é contundente em relação aos mulatos. Evaldo Cabral de Mello, em *Rubro Veio*, destaca que no imaginário restaurador pernambucano não havia espaço para mestiços. Segundo o autor “Camarão foi índio puro, Henrique Dias, negro retinto e se Fernandes Vieira foi mulato, oficialmente sempre passou por branco, graças a sua qualidade de reinol [...]”. Para Mello, o panteão nativista excluiu o mestiço e inclusive os cronistas teriam encarnado em um deles a figura da vilania; assim, o personagem Calabar teria se enegrecido por conta de sua deslealdade, ao ponto que homens como Henrique Dias teriam se embranquecido por conta de suas ações.[22]

E Loreto Couto nos lembra que:

Entre tantos milhares de naturais de Pernambuco, que fiéis, leais, constantes e valerosos concluíram a grande empresa da gloriosa restauração da sua Pátria; ouve um / não o negamos/ que com

deliberação violenta, e atrevida rebeldia, seguiu o partido inimigo, e foi vil instrumento da ruína de muitas praças. Chamava-se Domingos Fernandes Calabar, mulato manhoso, atrevido e prático dos lugares da terra, e portos do mar. Com boa opinião e algumas feridas, havia dois anos servido nesta guerra, e pouco satisfeito de sua fortuna, buscou ambicioso, e soberbo entre os holandeses no prêmio da traição, o aumento que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento, para com os danos públicos abrir caminho a seus interesses particulares [...][23]

E Couto passa inúmeras páginas descrevendo o mulato manhoso e traidor como a única mancha que se divisava no céu cristalino de Pernambuco. E qualifica Calabar como mentiroso, atrevido, mais que infiel por querer buscar entre o inimigo, a glória que lhe era amputada entre os seus por conta de seu baixo e vil nascimento. O cronista o compara com Henrique Dias e destaca:

[...]Se entre nós servira como mulato, pelejava como branco, e esperava como prudente, correspondendo os prêmios aos seus méritos, como corresponderam ao famoso Henrique Dias, que sendo preto soube com o esforço do ânimo, e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza; e se bem o não estimaram os portugueses, quantos o temeram os inimigos, o despachou El Rei com foro de Fidalgo, larga Tença, posto de Mestre de Campo, e Hábito de Cristo suprimindo as suas provanças os seus grandes merecimentos.[24]

E afirma que “é necessária nesta casta muita virtude para se reconcentrar no seu nada, isto não souberam fazer os anjos no céu, e nem os homens no paraíso, com o fará um mulato no Brasil, tendo comumente um temor de espírito, que em muitos nem com a miséria do cativo se abate?” Ou seja, o mulato é colocado num patamar em que nem mesmo o cativo poderia lhe fazer ter virtude uma vez que aos anjos perfeitos faltou virtude algumas vezes, ao homem no paraíso também, como poderia ter virtude um mulato em terras brasílicas, numa casta que ficava a parte dessa sociedade tão bem dividida entre homens brancos livres e negros escravos.

Outro ponto muito interessante na crônica de Loreto Couto é o destaque que ele concede a luta de Pernambuco contra os holandeses, na obra encontramos a apresentação de uma guerra feita por pernambucanos sem ajuda portuguesa. Portanto, o cronista ressalta o combate pernambucano em defesa da terra e nos lembra que:

nenhumanação pode gloriar-se de haver conseguido tanto triunfo sem toda a largacarreira dos séculos, como os pernambucanos lograram em vinte e quatro anos, que se gastaram na total expulsão dos holandeses. Não se recobrou palmo de terra, que não custasse uma façanha; não se haviam movimento sem perigo, não havia perigo sem combate, e pelo número dos combates se contavam as vitórias.[25]

Ou seja, tentando resgatar um passado de glórias, de nobreza e de honra de sua capitania, Couto, escrevendo mais de cem anos após a guerra, transfere o feito dos portugueses de Pernambuco para as mãos de pernambucanos. No limite, eram os mesmos homens. No entanto, o que no período das escaramuças com os holandeses fora considerado, quando se tratava de vitórias, feitos portugueses, para Couto, que forja a identidade local e diferenciada, com reverência ao monarca e à Igreja, eram feitos dos homens da terra, dos de Pernambuco.

Se, em meados do século XVIII, momento de relativa paz interna, e também de maior centralização das decisões no Reino, era mais complicado que os pernambucanos se envolvessem em querelas militares, a última vez fora o conflito interno que colocara Olinda e Recife frente-a-frente numa disputa em que o último se saíra melhor, sobrava a volta ao século XVII, para reconstruir as memórias sobre a guerra de restauração, construir um pantheon de heróis locais e atribuir a vitória aos pernambucanos, tentando assim gerir um passado de glórias para a capitania, lembrar ao Centro sobre esse passado, exaltar o homens que fizeram parte desse “glorioso” passado e, no limite, clamar pelas benesses reais e pelo reconhecimento das especificidades de suas “pátrias”. Em relação à Guerra de Restauração, Loreto Couto minimiza a ajuda que veio da Coroa para auxiliar na luta contra os invasores. Muito embora seja perceptível o cuidado com que o cronista escreve para não parecer que a crítica se direciona à Casa dos Braganças, uma vez que a Guerra de Liberdade Divina se inicia, em 1645, portanto, já sob a égide da nova dinastia. No entanto, o cronista dirige clara crítica ao rei espanhol que estava no poder na época das invasões no Nordeste e destaca que: “um Rei que se não lembra destas Províncias, para as meter no tratado de tréguas, como cuidaria das suas fortificações?

Caiu o Império de Espanha dizem os historiadores nacionais, oprimido do peso da sua mesma grandeza, por decreto da fortuna, que não consente cousa permanente; e porque não cairia Pernambuco fraco e desarmado? “ [26]

As experiências militares dos homens da terra foram, então, a base para a construção da obra de Couto, muito embora o cronista não se limite ao tema bélico e apresente, ao longo da obra, personagens pernambucanas que se destacaram na arte, na música, na escrita, na religião e outros campos. Loreto Couto destaca claramente que não se deve procurar em causas naturais e/ou sobrenaturais a razão para as sucessivas perdas dos pernambucanos durante o conflito com os holandeses, e questiona:

[...] Para tão fácil empresa foram supérfluas as suas máquinas. Para que é logo excogitar causas afrontosas da nossa desgraça, se a temos no descuido do Príncipe, natural e manifesta? Mas como há escritores, que cobrindo suas particulares ambições com adulações aos príncipes, para não culparem os descuidos destes, deitam a culpa das adversidades, que padecem os vassallos ou ao tempo, aos costumes dos desgraçados.[27]

Dessa forma, e aos poucos, Couto vai construindo sua tese de que tanto a invasão quanto a dificuldade de resistir aos “hereges” foi por conta do descuido do príncipe espanhol que não se preocupava com a capitania. Amarrando claramente a razão da ocupação batava ter se dado de forma tão fácil e rápida, na seqüência, o autor desenrola às tomadas de posições pernambucanas que levaram à vitória da sua pátria. Portanto, para Couto, os pernambucanos, sem a ajuda real, guerrearam e venceram o inimigo, devolvendo a capitania nas mãos do monarca. Mas, sempre lembra que essa luta contra os holandeses foi feita somente pelos de sua “pátria” e que, portanto, assim como o descuido da Coroa foi importante para o ocorrido, e por isso o cronista sempre destaca que “fecham estes historiadores os olhos para não verem causas naturais, e patentes a vista de todo mundo, e só os abrem para enxergarem nos nossos pecados a causa das nossas desgraças, para com maliciosa curiosidade nos fazerem um Epitáfio de opróbrios, e um padrão de ignomínias”[28] , a força e o espírito guerreiro pernambucano foram imprescindíveis para a vitória. Ao fim, ainda que não diretamente, ao decretar a vitória pernambucana como feito exclusivo dos pernambucanos, o cronista acaba por dirigir críticas aos representantes da Casa de Bragança.

E Loreto Couto, na sua missão de “fabricar” uma identidade pernambucana, não poupou esforços para ressaltar a obra quase “solitária” dos pernambucanos na defesa da pátria. E Couto conclui:

[...] Os holandeses senhores de todas as forças, assistidos de socorro, muitos em número, experimentados na guerra, bem armados, e valorosos. Os pernambucanos, poucos, sem mais armas, que os bordões lhe permitia o inimigo, e poucas espadas, e clavinas, que alguns conservaram ocultas, e escondidas; pobres, e sem esperança de socorro, nem favor do Príncipe, que os via, como vassallos de outro senhorio; circunstâncias, que estavam pronosticando infelice sucesso de nossa parte; mas desprezados com valor, e confiança em Deus (cuja causa também defendiam) os pareceres dos homens, se resolvem a esta empresa com insigne constância [...] [29]

Assim, o chavão constante na obra desse cronista do século XVIII era que por conta própria, gastando suas fazendas, entregando suas vidas, os pernambucanos fizeram a restauração. A guerra para essa sociedade apresentava-se como papel, ainda que em menor escala se comparando com o século XVII – momento de legitimação de uma nova dinastia no poder –, fundamental para requerer honra e benefícios. Loreto Couto admite a importância dos feitos bélicos para aquela sociedade do qual escrevia e ressalta a forma como os indígenas lutavam também que, apesar de diferente, era importante. Portanto, na conjunção das forças de índios, alguns negros e brancos – os pernambucanos -,foi que se chegou à vitória.O cronista destaca “que sabemos que suposto que os portugueses quando entraram nestas capitanias os achassem ignorantes na arte de guerrear ao modo da Europa, nem por isso deixava de sugerir lhes seu discurso tão agudos estratagemas, que foram admirados dos mesmos portugueses”, ou seja, a forma de guerrear dos indígenas era estranha aos olhos dos portugueses quando chegaram ao continente. Entretanto, Couto admite que essa forma única dos índios contribuiu muito para o desfecho da guerra contra os holandeses. Logo, a maneira diferenciada com que lutaram contra os holandeses também se destaca no momento em que o cronista escreve suas memórias. Uma guerra com especificidades próprias, a luta dos pernambucanos contra o invasor. Ao fim, observamos que Loreto Couto apresentava os indígenas como legítimos pernambucanos, e a comprovação vem, sobretudo pelos subtítulos dos capítulos de sua obra, onde o autor emprega frases como:

“de Algumas Índias naturais de Pernambuco que nestes últimos anos floresceram em virtude”.

A guerra enfim teve papel relevante para a confecção da obra de Loreto Couto, aos poucos, com mínimos detalhes, o cronista vai descrevendo as tropas que lutavam a favor de Pernambuco e nos lembrando que:

o Terço dos Henriques de Pretos forros, é composto de doze companhias, com mais de mil homens, O Terço dos homens pardos tem as mesmas companhias governadas pelos seus capitães, e subordinadas a um Sargento-mor.“[...] A milícia composta dos índios naturais é imensa, forte, destemida, horrível, leal e constante. Os oficiais militares se tratam com bizaria, os soldados com aceio, e todos bem exercitados na ciência, e Arte Militar[...]”[31]

A impressão que temos é de um exército bem organizado e pronto para encarar qualquer combate, muito embora saibamos as dificuldades dessas tropas para combater o inimigo, e isso o próprio Couto destaca. Ao fim, as obras militares de muitos índios e negros fizeram com que esses homens fossem incluídos na fabricação da identidade pernambucana de Loreto Couto.

Representante do Cronicado luso-brasileiro de meados do século XVIII, essa pequena biografia do autor e rápida análise de sua trajetória e dos pontos elencados por ele na construção de sua obra, caminha para rápidas considerações, destacando passagem de Couto onde o cronista ressalta que:

Suposta esta descrição quem não vê que nesta prodigiosa Ave temos um perfeito geroglífico de Pernambuco, um adequado símbolo da sua restauração. Era Pernambuco pomposo na gala, alta e majestosa Olinda sua cabeça, e nas Excelências única, matizavam as suas asas douradas penas. Com as suas preciosidades formou se fogueira, em que se acendeu o fogo da ambição holandesa, foi homicida de si mesma pelo remisso de sua defença. Acabou nos incêndios, e das suas cinzas novamente animado renasceu com melhor gala, nele se viram as metamorfoses dos séculos. Zombou da morte, porque a soube fazer ministra da sua vida. Mãe, e filha de si mesmo, porque abaixo de Deus deve Pernambuco tudo que hoje é a si próprio.[32]

Acima, temos uma das mais instigantes passagens da obra de Loreto Couto. Comparando a restauração pernambucana a um renascimento, o autor invoca a imagem da ave fênix para personificar a vitória contra os holandeses e, ao mesmo tempo, decretar que os pernambucanos foram às cinzas e do pó retornaram, com maior gala, “zombando da morte”, se fazendo vivos e vencendo enfim por conta própria. A citação do cronista pernambucano é contundente no que tange a proposição da existência de uma identidade pernambucana que, não se opondo à identidade da pátria-mãe, também já não escondia as discrepâncias que faziam com que as realidades entre Reino e a “pátria” pernambucana fossem completamente perceptíveis.

Se o cronista, conforme visto ao longo do artigo, não renunciava completamente aos desígnios que fundamentavam a “identidade portuguesa”, se inserindo perfeitamente nos moldes da sociedade que servira de matriz para os mais distantes rincões do império, comungando das mesmas perspectivas e almejando o reconhecimento do Centro, também já não se furtava de apresentar a “pátria” pernambucana da qual fazia parte, espaço que fora construído sobre os alicerces dos pressupostos metropolitanos, mas que, aos poucos, se auto-reconstruiu com matizes específicas dos povos que compunham aquela população. O autor, que propõe escrever sua obra para defender o Brasil dos agravos feitos contra ele e para restaurar as glórias de Pernambuco, ao fim e ao cabo, acaba dando conta somente da capitania e suas glórias passadas e presentes. O diálogo de Loreto Couto é travado com o Reino e seus componentes, numa tentativa clara de demonstrar que em absolutamente nada, os pernambucanos eram súditos inferiores se comparados aos demais. Embora não explicita, nas entrelinhas da obra de Loreto Couto, podemos perceber sua decepção com o esvaziamento do poder que outrora se havia concedido aos pernambucanos. Para o cronista, tanto a população de Pernambuco de sua época quanto o monarca e seu séquito governamental, aos poucos, esqueciam do “sangue”, das “fazendas” e das “vidas” que os leais súditos da capitania haviam despendido ao longo da ocupação e, sobretudo, da restauração de Pernambuco. Portanto, sua obra se ligava diretamente com a sala do trono.

E se Loreto Couto elenca diversos pernambucanos na construção literária dessa identidade pernambucana, o faz tentando demonstrar que a capitania era berço de músicos, médicos, escritores, artistas, representantes

religiosos e militares de grande envergadura e, portanto, se constituía como celeiro de homens bons, reais e fiéis súditos do rei de Portugal. Embora, às vezes, critique certas posições reais, sobretudo no que diz respeito ao certo abandono perpetrado pela Coroa quando da invasão holandesa, tenta inserir a capitania e os seus representantes na órbita do poder real. Na fabricação dessa identidade, o autor considera índios e negros; em relação aos primeiros, busca uma origem nobre para os mesmos; quanto aos negros, os inclui na identidade pernambucana a partir da obras religiosas e militares dos mesmos, portanto, obras que os tornavam virtuosos. E, apesar de Couto escrever sobre sua capitania em momento que os pressupostos referentes à limpeza de sangue e honra passavam por modificações, e aqui me refiro às reformas pombalinas que liquidavam, dentre tantas mudanças, com as diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos, no ambiente colonial ainda era necessário que se defendessem os pressupostos de limpeza de sangue, cabendo assim, ao cronista, resgatar a imagem das principais famílias pernambucanas.

NOTAS:

- [1] RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Companhia Editora Nacional/ MEC, 1979.
- [2] RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Companhia Editora Nacional/ MEC, 1979, p.232.
- [3] Aqui, refiro-me ao Diretório dos Índios, lei de 1755, que destacava o apoio que deveria ser dado às uniões entre brancos e indígenas, legitimando assim, a própria miscigenação.
- [4] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981.
- [5] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Brasileiro*. São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p.27.
- [6] ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 21.
- [7] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Brasileiro*. São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p. 12/3.
- [8] Idem, p. 14.
- [9] XAVIER, Ângela Barreto. “David Contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista. Escrita Identitária e Colonização Interna” In: *Ler História*. N.49, 2005, pp.107-143.
- [10] XAVIER, Ângela Barreto. “David Contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista. Escrita Identitária e Colonização Interna” In: *Ler História*. N.49, 2005, p.119.
- [11] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.19.
- [12] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.37/8.
- [13] KANTOR, Íris. A disputa da América na historiografia brasileira: D. Domingos Loreto Couto e frei Gaspar da Madre de Deus In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p.78.
- [14] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.57.
- [15] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.57.
- [16] Idem, p.61.
- [17] VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*; introdução de Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 3ªed., 1977, p.80-82.
- [18] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.456.
- [19] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.460/1.
- [20] Idem, p.227.
- [21] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.447.
- [22] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.216.
- [23] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.134.
- [24] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.137.
- [25] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, pp.96-97.
- [26] COUTO, Loreto. *Desagravos do Brasil e...*, p.89.
- [27] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.92.
- [28] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.93.
- [29] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.96.

[30] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981. pp.43-44.

[31] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.202.

[32] Idem, p.144.

© 2002 - 2011 Revista Cantareira - Todos os direitos reservados.

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode ser obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.